



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

Comunicado Técnico

Edição 1 - Setembro de 2015

NÚCLEO ECONÔMICO

facebook.com/canaldoprodutor

twitter.com/canaldoprodutor

canaldoprodutor.com.br

Os impactos da perda do grau de investimento do país sobre o agronegócio

No dia 9 de setembro de 2015, a agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) rebaixou, de BBB- para BB+, a nota para investimentos de longo prazo no Brasil. Nos dias posteriores ao rebaixamento o mercado sofreu com queda na bolsa de valores (BM&FBovespa) e ocorreu também apreciação do câmbio. A sinalização do mercado pode ter contribuído para o anúncio, do ministro da Fazenda Joaquim Levy, no dia 14 de setembro, de medidas tributárias para aumentar a arrecadação. O rebaixamento do Brasil para o grau especulativo deve ser tratado como um alerta à economia do país.

A decisão da S&P foi fundamentada nos seguintes aspectos:

- O Brasil deve continuar a enfrentar desafios políticos, o que dificultará a apresentação, ao Congresso, de um orçamento para 2016, consistente com a correção política sinalizada durante o

primeiro ano do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff;

- A proposta orçamentária de 2016 prevê alteração na meta fiscal primária, menos de seis semanas após a revisão para baixo da meta, o que significaria três anos consecutivos de déficit primário e da dívida líquida geral continuar a aumentar, se medidas de contenção de despesas não forem tomadas;

- A perspectiva negativa de um rebaixamento adicional reflete a deterioração da situação fiscal do Brasil, a falta de coesão dentro do gabinete da presidenta e a crise econômica que tende a se acentuar no país.

O grau de investimento (*"investment grade"*) é uma nota, concedida pelas agências de classificação de risco, que indica a capacidade de um país pagar suas dívidas interna e externa. Para compor a nota, são considerados diversos índices, como

o índice de reservas internacionais, a solidez da economia, a estabilidade política, a liberdade de imprensa e a distribuição de renda entre a população.

A nota é um selo de qualidade, assegurando aos investidores um menor risco de calote. A partir da nota de risco recebida pelo país, os investidores avaliam se a possibilidade de ganhos (com juros maiores, por exemplo) compensa o risco de perda do capital investido, devido a instabilidade econômica local. Em 2008, as agências Fitch Ratings e S&P concederam ao Brasil o grau de investimento, e, em 2009, foi a vez da agência Moody's. Essas são as três agências internacionais de classificação de risco.

Cada agência de classificação de risco tem seu próprio sistema de avaliação. Na S&P, o grau de investimento varia de AAA a D, sendo AAA o de menor risco e D a categoria de alto risco de inadimplência, conforme a Tabela 1.

Longo prazo	Curto prazo	Classificação	
AAA	A-1+	Prime	
AA+		Grau elevado	
AA		A-1	Grau médio elevado
AA-			
A+			
A	A-2	Grau médio baixo	
A-	A-3		
BBB+			
BBB	B	Grau de não investimento especulativo	
BBB-			
BB+			
BB			
BB-			
B+			
B			
B-	C	Risco substancial	
CCC+		Extremamente especulativo	
CCC		Em moratória com uma pequena expectativa de recuperação	
CCC-			
CC			
CC			
C		Em moratória	
D			

Fonte: Standard and Poor's

Impactos da perda do grau de investimento sobre o agronegócio brasileiro

A redução da nota de crédito do Brasil de BBB- para BB+ tem impactos sobre todos os setores da economia. Quanto pior a classificação de risco, mais elevada fica a taxa de juros para investimento no país. O aumento das taxas de juros gera dificuldades para a redução da taxa de desemprego e a retomada do crescimento econômico.

No agronegócio, a redução da nota de crédito não deve refletir em retração no Produto Interno Bruto (PIB) total do setor em 2016. No entanto, os segmentos de produção e distribuição de insumos, as agroindústrias e a distribuição de produtos finais tendem a ser mais afetados.

Segundo a consultoria Informa Economics FNP, a redução do grau de investimento do Brasil pela agência S&P pode significar

investimentos menores em infraestrutura e logística em médio e longo prazos, fatores determinantes para a competitividade do agronegócio brasileiro.

O afluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) representou em torno de 3,8% do PIB nos últimos 12 meses e o agronegócio brasileiro experimentou aumento das inversões de IED nos anos 2000. Para as agroindústrias, os setores que mais recebem investimentos estrangeiros são as indústrias para esmagamento de soja e milho e de papel e celulose.

Com relação ao mercado de câmbio, é esperada uma desvalorização mais acentuada do real frente ao dólar, o que tende a beneficiar as cadeias produtivas exportadoras, gerando aumento da receita dos produtores em moeda nacional. Por

outro lado, a desvalorização da moeda nacional prejudica a compra de insumos agropecuários, importados em grande parcela, além de acentuar o processo inflacionário. Com o aumento de receita dos produtos exportados em moeda nacional, há incentivo para se cobrar preços mais elevados também no mercado doméstico.

Por fim, os efeitos da depreciação cambial também atuam em duas direções sobre o saldo em transações correntes e sobre o volume de reservas internacionais. Por um lado, elevam as receitas de exportações em moeda nacional, mas tornam mais caras as importações, consumindo uma parcela das reservas do país. A evolução recente do volume de reservas internacionais e o saldo em transações correntes pode ser visualizada na Figura 1.

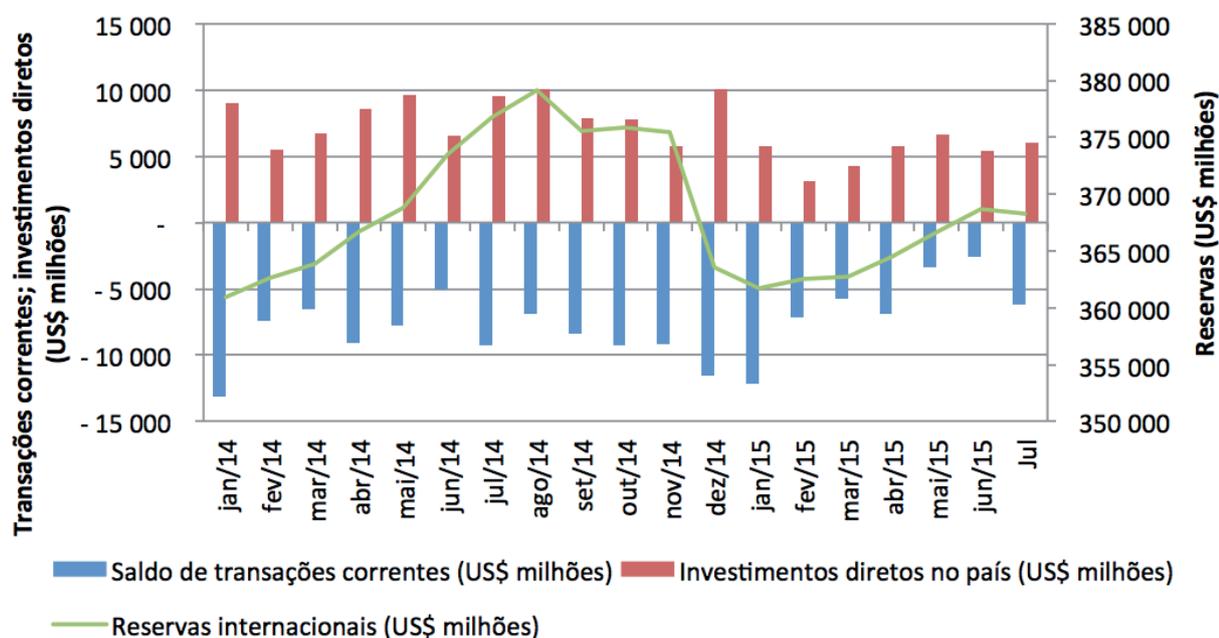


Figura 1 – Evolução do saldo em transações correntes, investimentos diretos no país e reservas internacionais (US\$ milhões)
Fonte: Banco Central do Brasil (2015)